

NEXO III - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA DA FGV DIREITO SP

A noção de “Direito e Desenvolvimento” está relacionada a uma área de estudo reconhecida em diversos centros de pesquisa ao redor do mundo que se dedica, sobretudo, ao estudo das relações entre o campo jurídico e os processos de desenvolvimento político, econômico e social. O campo jurídico compreende o conjunto de normas, sistemas de interpretação e racionalização destas normas, bem como de instituições responsáveis pela sua elaboração e aplicação. O processo de desenvolvimento, por sua vez, está associado à construção de condições materiais e humanas para a ampliação da autonomia de indivíduos e sociedades e, portanto, depende da remoção de obstáculos à expansão desta autonomia - tais como pobreza, desrespeito sistemático aos direitos fundamentais, regressividade do sistema tributário, degradação ambiental ou deficiência dos serviços públicos. Depende, ainda, da ampliação de oportunidades individuais e coletivas geradas pelo crescimento econômico, por políticas compensatórias e de inclusão, educação qualificada, democratização dos mercados, ampliação do acesso ao Judiciário e maior participação na vida pública.

O tema do desenvolvimento é uma agenda acadêmica que também está presente em governos, agências internacionais e empresas. No passado, o conceito de desenvolvimento encontrava-se estritamente associado à ideia de crescimento econômico. Nas últimas décadas, no entanto, os imperativos de qualidade das instituições econômicas, efetividade do Estado de Direito, sustentabilidade ambiental, ampliação do acesso aos mercados, responsabilidade social, tutela de direitos humanos e qualidade da democracia e das instituições políticas foram incorporados ao

conceito de desenvolvimento. A própria relação do direito com o tema do desenvolvimento foi profundamente alterada.

Com isso, houve duas mudanças relevantes na agenda do desenvolvimento. Em primeiro lugar, percebeu-se que as instituições do Estado de Direito e a sua efetividade estão associadas ao desenvolvimento econômico em uma relação de causalidade recíproca. Países com Poder Judiciário forte, com regras claras, Poder Legislativo atuante e democrático e agências de aplicação da lei transparentes honestas e eficientes têm enormes vantagens comparativas. Mais do que isto, o direito é um instrumento indispensável para que este crescimento tenha um impacto positivo sobre o equilíbrio socioambiental das sociedades. No plano internacional, por sua vez, surgiram novas instituições e regulamentações que balizam a economia globalizada. O direito tornou-se campo de conhecimento central para todos aqueles que se propõem a atuar ou refletir sobre o desenvolvimento.

Além disso, em segundo lugar, a interface entre o direito e o desenvolvimento foi alargada na medida em que as métricas de desenvolvimento deixaram de ser exclusivamente baseadas em indicadores de crescimento e passaram a incluir também os parâmetros de desenvolvimento humano. Com novos indicadores, que associam a prosperidade às capacidades individuais e às liberdades públicas, a agenda do desenvolvimento adquiriu mais um engate no campo do direito. Assim, em paralelo aos temas do desenvolvimento econômico, que passaram a pressupor a qualidades das instituições reguladoras como variáveis relevantes, as últimas décadas descortinaram um franco interesse pelo desenvolvimento dos indivíduos, entendidos como beneficiários últimos das estratégias de crescimento e inclusão. Nesse segmento, o direito é convocado mais uma vez, para então refletir, entre outros, sobre a organização

das instituições políticas, a qualidade das democracias, a efetividade dos direitos humanos e do Estado Direito.

LINHAS DE PESQUISA E PROJETOS

A fim de se compreender o papel do direito no desenvolvimento e o modo como o desenvolvimento afeta as instituições jurídicas, o Programa de Mestrado Acadêmico da FGV Direito SP organizou-se em torno de duas linhas de pesquisa, quais sejam: (i) Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social e (ii) Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social.

Linha de pesquisa: Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social

Na primeira linha de pesquisa mencionada - Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social - investiga-se o funcionamento das instituições do Estado Democrático de Direito responsáveis pela produção, interpretação e aplicação do direito, tal como configuradas nos âmbitos constitucional e internacional público. O estudo do Poder Judiciário, das políticas públicas e das instituições internacionais, assim como dos mecanismos de responsabilização em sociedades de risco, com ênfase na reflexão sobre direitos humanos, capacidades individuais, democracia e controle do Estado, busca favorecer a compreensão dos mecanismos jurídicos públicos que habilitam ou constroem a realização do Estado Democrático de Direito. Estão aqui inclusas, especialmente, questões que circundam o Direito Constitucional, o Direito Econômico, no que diz respeito à sua relação com as políticas sociais, e o Direito Penal, tanto do ponto de vista dos Direitos Humanos como a partir de temas mais ligados ao controle do Estado, como a relação entre atores públicos e privados. Esta linha, portanto, tem em conta as noções de capacidades

humanas, autonomia dos indivíduos e liberdades públicas, que, ao lado do crescimento econômico, têm constituído a agenda do desenvolvimento.

Nesta linha de pesquisa, inscrevem-se os seguintes núcleos da FGV Direito SP: (i) Núcleo de Justiça e Constituição, (ii) Núcleo de Direito Global e Desenvolvimento, (iii) Núcleo de Estudos sobre Crime e Pena e (iv) Núcleo de Metodologia do Ensino.

I. O Núcleo de Justiça e Constituição é coordenado pela Professora Luciana Gross Cunha e tem como integrantes os Professores Dimitrios Dimoulis, Oscar Vilhena Vieira e Ronaldo Porto Macedo Junior, além de seus respectivos orientandos e pesquisadores externos. No âmbito deste Núcleo, desenvolveram-se os seguintes projetos de pesquisa:

a. Jurisdição Constitucional, Direitos Fundamentais e Desenho Institucional

Coordenado pelo Professor Oscar Vilhena, abarcando iniciativas dos demais docentes permanentes participantes, Professora Luciana Gross e Professor Dimitrios Dimoulis, o projeto: i) analisa o papel do STF no exercício do controle constitucional por meio de pesquisas jurisprudenciais, analisa a relação do STF com os demais poderes políticos, identifica e verifica os modelos de interpretação utilizados pelos ministros do STF em suas decisões e realiza o estudo comparado das Cortes Constitucionais; ii) estuda a interpretação e a concretização dos direitos fundamentais no direito nacional e estrangeiro, a partir da perspectiva processual da justiça constitucional e de questões pontuais de teoria (geral) do direito, especificamente no que diz respeito a opções metodológicas sobre a interpretação do direito constitucional e problemas de teoria da norma; iii) estuda o desenho político, social e econômico adotado por marcos legais, nacional e internacionalmente, e a sua relação com o Estado Democrático de Direito.

II. O Núcleo de Direito Global e Desenvolvimento é coordenado pelo Professor Salem Hikmat Nasser e conta com a participação da Professora Michelle Ratton Sanchez Badin, além de seus respectivos orientandos e pesquisadores externos. No âmbito deste Núcleo, desenvolveram-se os seguintes projetos de pesquisa:

a. Direito Global e suas Alternativas Metodológicas

O projeto objetiva pensar o Direito Internacional a partir da reflexão crítica sobre Direito Global e novas formas de interação entre os campos nacionais, transnacionais e internacional, o que demanda uma reflexão sobre os métodos de ensino e pesquisa do Direito Internacional no curso de Direito no Brasil.

b. Governança Global: Instituições Internacionais e Políticas Públicas

Desenvolvido entre os anos de 2008 e 2014, o projeto teve por objeto a análise de normas que regulam o sistema econômico internacional, o processo de negociação dessas normas e como são utilizadas para solucionar controvérsias de interesse público, tendo sempre em conta as interfaces do sistema doméstico e os diferentes níveis de regulação (multilateral, regional, bilateral). Como temas específicos de estudo estavam a estrutura institucional de organismos internacionais, a estrutura institucional do Estado, os arranjos jurídicos dos organismos internacionais entre si, entre esses e os Estados e entre aqueles e os outros atores de caráter não-estatal e, por fim, a revisão dos conceitos de legalidade, legitimidade e eficácia nesses arranjos.

c. Rule of Law, Direito Global e Desenvolvimento

Coordenado pelo Professor Salem Hikmat Nasser, o projeto é orientado essencialmente para o estudo da qualidade da regulação normativa ou jurídica das relações

internacionais, possivelmente proveniente de diversas fontes, jurídicas e não jurídicas, que organizam as relações globais, internacionais ou transnacionais.

d. Oriente Médio, Desenvolvimento, Rule of Law e Direito Internacional

Também coordenado pelo Professor Salem Hikmat Nasser, o projeto se debruça sobre temas históricos relacionados ao Oriente Médio e suas implicações para o direito internacional, sobretudo aquelas que dizem respeito à capacidade do direito internacional de responder às crises e construir uma sociedade internacional mais justa, às relações entre o direito e outros tipos de normatividade.

Ainda, o Núcleo de Direito Global e Desenvolvimento mantém projeto de pesquisa no âmbito da linha de Direitos dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social intitulado “Evidências empíricas sobre a regulação do Comércio Internacional e do Investimento Estrangeiro em Perspectiva Brasileira”, coordenado pela Professora Michelle Rattón Sanchez Badin. O projeto objetiva investigar a interação do Brasil e seu sistema jurídico com a regulação econômica internacional. O foco são as regulamentações relevantes das relações de comércio internacional e do investimento estrangeiro, em suas diferentes camadas regulatórias: multilateral, regional e local. As atividades de pesquisa são realizadas a partir de uma rede já constituída de professores e pesquisadores oriundos dos Programas de Pós-Graduação em Direito e Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e do Programa de Mestrado Acadêmico FGV Direito SP. O projeto propõe-se a fomentar a pesquisa de caráter empírico na subárea do Direito Internacional Econômico favorecendo, assim, a produção de dados, a sistematização e a análise de situações específicas sobre o impacto da regulamentação econômica internacional no ambiente jurídico brasileiro. A pesquisa objetiva alcançar os seguintes resultados: (i) atualizar a produção acadêmica nacional em Direito Internacional Econômico, com o estímulo para

a inclusão de métodos empíricos de análise; e (ii) ampliar as áreas de pesquisa e estudos do Direito Internacional Econômico, incluindo neste momento a área de investimentos.

III. O Núcleo de Estudos sobre Crime e Pena, coordenado pela Professora Marta Rodriguez de Assis Machado, conta também com a participação da Professora Maíra Rocha Machado, além de seus respectivos orientandos e pesquisadores externos. Entre os anos de 2013 e 2016, no âmbito deste Núcleo, desenvolveram-se os seguintes projetos de pesquisa:

a. Corrupção e o sistema justiça brasileiro: quadro normativo e dinâmicas institucionais

Coordenado pela Professora Marta Rodriguez de Assis Machado, o projeto é desenvolvido em parceria com a Universidade de Nova York (NYU) e com a Universidade San Andres (Buenos Aires, Argentina), tendo obtido financiamento da agência canadense International Development Research Center (IDRC) em 2010 e, novamente, em 2013, no marco das atividades do programa Global Administrative Law. Objetiva desenvolver um quadro analítico que contribua para elucidar o modo como diversas instituições vinculadas ao Legislativo, ao Judiciário e ao Executivo atuam no enfrentamento a corrupção no Brasil. Focaliza especialmente os órgãos que atuam no monitoramento, na investigação, na responsabilização e na imposição de sanções, a partir de aparatos normativos oriundos das esferas penal, civil, administrativa e internacional.

b. Responsabilidade, punição e performance do sistema de justiça

Coordenado pela Professora Marta Rodriguez de Assis Machado, conta a participação das Professoras Maíra Rocha Machado e Flávia Portella Puschel, além de seus orientandos. O projeto de pesquisa objetiva produzir um diagnóstico sobre a produção legislativa e atuação jurisdicional em relação a problemas sociais sobre os quais se demanda responsabilização, criminalização ou punição. Abarca os seguintes subprojetos: "As Penas Radicais no Brasil e no Canadá" desenvolvido em parceria com a Universidade de Ottawa, recebendo financiamento da agência canadense Social Sciences and Humanities Research Council of Canada (SSHRCC); o "Massacre do Carandiru e Sistema de Justiça brasileiro"; e o "Risco e Responsabilidade no Estado Democrático de Direito".

c. Sociedade civil, esfera pública e direito: juridificação de demandas sociais e ambivalências da atuação do sistema de justiça

Coordenado pela Professora Maíra Rocha Machado, conta com a participação da Professora Marta Rodriguez de Assis Machado. A pesquisa tem por objetivo observar repertórios de ação, estratégias jurídicas e enquadramentos empregados na mobilização de atores da sociedade civil na luta por direitos. Pretende também observar como as instituições do Estado respondem a essas ações, como se organizam institucionalmente para dialogar com a esfera pública, quão permeáveis são à participação e às demandas da sociedade civil e, em alguns casos, como articulam respostas repressivas. Abrange os seguintes subprojetos: "O direito visto por dentro (e por fora): a disputa pela interpretação da lei Maria da Penha e da Legislação Anti-Racista" que contou com financiamento do CNPq; "A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil", financiado pelo PNUD; "Mobilização jurídica sobre aborto na América Latina", que tem financiamento do Norwegian Research Council.

IV. Por fim, a linha Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social ainda abrange o Núcleo de Metodologia do Ensino do Direito, coordenado pelo Professor José Garcez Ghirardi, do qual participam seus orientandos e pesquisadores externos. O Núcleo de Metodologia procura não só permitir uma reflexão sobre o ensino do direito no Brasil, um país em desenvolvimento, como também reunir referencial intelectual que permita a formação de novos professores. A formação de novos professores é um dos principais objetivos do programa de mestrado da FGV Direito SP.

Entre os anos de 2013 e 2016, no âmbito deste Núcleo, desenvolveram-se os seguintes projetos de pesquisa:

a. Artes e Direito

Coordenado pelo Professor José Garcez Ghirardi, a pesquisa aborda as relações entre os discursos do Direito e da Arte como expressões de um mesmo contínuo ideológico. Enfoca o problema da interpretação e do sentido conforme se expressa em objetos artísticos e jurídicos, e o modo como impactam noções contemporâneas de Direito, Estado, Sujeito, Desenvolvimento, Democracia e Justiça.

b. Novas metodologias para o ensino do Direito

Também sob a coordenação do Professor José Garcez Ghirardi, o projeto de pesquisa foca nas mudanças de paradigma que afetam o ensino jurídico no fim da Modernidade, explorando as relações entre representações de sala de aula, problematização dos papéis de docente e discente, modelos e matrizes de currículos e grades e novas tecnologias e metodologias de ensino jurídico. Abarca os subprojetos “Métodos de

ensino em direito” e “Observatório do ensino do direito”. A partir das reflexões geradas neste projeto, mantém-se o Programa de Formação em Educação Jurídica que tem por escopo fundamental a formação e qualificação de professores de Direito, dentro dos objetivos estabelecidos para o programa de pós-graduação. Enquanto disciplina, o curso pretende construir uma reflexão que problematize os modos de se pensar a docência em Direito, levando o aluno a apropriar-se criticamente das relações entre formulações teóricas sobre o direito, leituras do direito como fenômeno social e ensino jurídico. Busca, nesse sentido, capacitar os alunos a um tipo de reflexão que atente para o caráter problemático, histórico e contingente da ciência do direito e que incorpore, à lógica de atuação docente no âmbito universitário, as implicações desse caráter necessariamente provisório do objeto de investigação.

Linha de pesquisa: Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social

A linha de Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social destina-se ao estudo do campo normativo que rege o ambiente dos negócios. O programa tem em conta que o crescimento econômico, a circulação e a distribuição de riquezas ocorrem em uma esfera amplamente regulada pelo direito, em que normas e instituições jurídicas favorecem ou obstaculizam o processo de desenvolvimento, bem como impactam o modo como a riqueza produzida em uma determinada sociedade é apropriada por distintos grupos. Neste sentido, o estudo das formas de intervenção do Estado na economia, da governança corporativa e da responsabilidade social das empresas, da democratização do mercado de capitais e das relações econômicas transnacionais busca contribuir para a compreensão dos mecanismos jurídicos relacionados com o crescimento econômico, com o desenvolvimento sustentável e com a ampliação das oportunidades de autonomia social e individual. Essa linha dedica-se

ainda aos mecanismos de regulação econômica, incluindo-se nisso a regulação setorial, a defesa da concorrência e a ação empresarial do Estado, na forma de empresas estatais e bancos públicos.

Nesta linha de pesquisa, inscrevem-se os seguintes núcleos: (i) Núcleo de Direito, Economia e Governança. (ii) Núcleo de Estudos em Mercados e Investimentos, (iii) Núcleo de Estudos Fiscais, (iv) Núcleo de Direito Privado e Políticas Públicas.

I. O Núcleo de Direito, Economia e Governança é coordenado pela Professora Mariana Souza Pargendler e conta com a participação do Professor Mario Gomes Schapiro, além de seus respectivos orientandos e pesquisadores externos. No âmbito deste Núcleo, desenvolveram-se os seguintes projetos de pesquisa:

a. Direito dos Negócios Aplicado: direito contratual e societário sob perspectiva econômica e comparada

Coordenado pela Professora Mariana Pargendler, o projeto tem o objetivo de estudar o papel do Direito dos Negócios no desenvolvimento, a partir (i) do exame dos contornos dogmáticos e da funcionalidade econômica dos institutos jurídicos, (ii) da análise dos fatores determinantes da evolução jurídica, (iii) da realização de trabalhos empíricos que descrevam o direito em ação e/ou (iv) do recurso crítico às lições do Direito Comparado. Abrange o subprojeto "Restrições ao direito de voto nas sociedades anônimas no século XIX: proteção aos investidores ou proteção aos consumidores?" que contou com financiamento FAPESP e cooperação com as seguintes instituições: University of Yale, Harvard Law School e University of Texas.

b. Estado, Direito e Desenvolvimento: instrumentos, controles e legitimidade

Coordenado pelo Professor Mario Gomes Schapiro e desenvolvido em cooperação com professores do Programa de Pós-Graduação em Direito da USP, o projeto de pesquisa, concluído em 2015, dedicou-se a observação da participação do Estado como agente econômico de promoção do desenvolvimento. O objeto desta análise são os instrumentos de atuação estatal, tais como os bancos públicos, as empresas estatais, as fundações públicas, a regulação econômica e a disciplina da concorrência. Além disso, o projeto também analisa os mecanismos de accountability que incide sobre estes mecanismos de intervenção econômica.

c. Alternativas Regulatórias e Governança do Desenvolvimento

Também coordenado pelo Professor Mario Gomes Schapiro, o projeto pretende mapear e avaliar as diferentes alternativas regulatórias que conformam as políticas públicas associadas a promoção do desenvolvimento, tendo por hipótese que diferentes ferramentas regulatórias apresentam diversas vantagens comparativas para governar os diversos tipos de política pública.

II. O Núcleo de Estudos Núcleo de Estudos em Mercados e Investimentos é coordenado pela Professora Viviane Muller Prado e conta com a participação do Professor Carlos Ari Sundfeld, além de seus respectivos orientandos e pesquisadores externos. Entre os anos de 2013 e 2016, no âmbito deste Núcleo, desenvolveram-se os seguintes projetos de pesquisa:

a. Sistema de enforcement do direito dos valores mobiliários

O projeto de pesquisa é coordenado pela Professora Viviane Muller Prado e tem por objetivo produzir dados e análises sobre a efetividade das regras jurídicas relacionadas

com a disciplina do mercado de valores mobiliários, passando pelo desenho institucional, pelas atividades de regramento, monitoramento e punição das instituições competentes - isoladamente ou de forma cooperativa. Também se busca compreender a utilização dos instrumentos jurídicos sancionadores ou para ressarcimento de prejuízos.

b. Direito Societário Aplicado

Também coordenado pela Professora Viviane Muller Prado e desenvolvido em cooperação com o Programa de Mestrado Profissional desta mesma Instituição de Ensino, o projeto visa compreender os limites e as possibilidades que o sistema jurídico brasileiro traz para a acomodação de interesses na constituição das empresas brasileiras e para a solução de conflitos originários das relações jurídicas societárias, utilizando-se de diversas fontes de pesquisa tais como legislação, documentos societários e suas cláusulas, jurisprudência dos tribunais e de órgãos administrativos.

c. O Novo Direito Administrativo e os Desafios do Desenvolvimento

Coordenado pelo Professor Carlos Ari Sundfeld, o projeto é desenvolvido em cooperação com os Programas de Pós-Graduação em Direito da PUC-SP e da USP e com a Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP). As pesquisas por ele abrangidas procuram identificar e discutir o enquadramento jurídico de novas soluções em campos como contratações e relações público-privadas, regulação, políticas públicas, organização administrativa, empresas estatais, processo administrativo e controle. Parte da hipótese de que categorias doutrinárias estabelecidas vêm comprometendo a aceitação e efetividade do direito administrativo contemporâneo, que a legislação e a prática administrativa têm reconstruído com base em novas visões sobre desenvolvimento econômico, social e institucional. Objetiva-se contribuir para a

superação o descompasso entre a realidade jurídica e as ideias sobre direito administrativo.

III. O Núcleo de Estudos Fiscais é coordenado pelo Professor Eurico Marcos Diniz de Santi e conta com a participação de seus respectivos orientandos e pesquisadores externos.

Entre os anos de 2013 e 2016, no âmbito deste Núcleo, desenvolveram-se os seguintes projetos de pesquisa:

a. Transparência Corporativa

Coordenado pelo Professor Eurico de Santi, o projeto tem objetivo principal costurar todos os modelos de boas práticas empresariais existentes em diversos campos do direito, economia e administração, de modo a compor um perfil ideal de empresa e realizar eventual projeção de índice de transparência para as grandes corporações.

b. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais: Segurança Jurídica e Redução do Contencioso

Também coordenado pelo Professor Eurico de Santi, o projeto se destina a identificar e analisar, criticamente, possíveis avanços e reformas no atual formato e tramitação do processo administrativo tributário para garantir a segurança jurídica e reduzir o contencioso tributário. Objetiva-se ponderar a eficiência de atuação da Receita Federal do Brasil (RFB) e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) como órgãos do Ministério da Fazenda garantidores do exercício da legalidade concreta em matéria tributária.

IV. O Núcleo de Direito Privado e Políticas Públicas é coordenado pela Professora Flávia Portella Püschel, colaboradora do Programa, e conta com a participação do Professor Danilo Borges dos Santos Gomes de Araújo e de seus orientandos e pesquisadores externos. Entre os anos de 2013 e 2016, no âmbito deste Núcleo, desenvolveu-se o seguinte projeto de pesquisa:

a. Empresa e desenvolvimento: as estruturas jurídico-organizativas à disposição dos agentes para o exercício de atividades empresariais

Coordenado pelo Professor Danilo Araújo, o projeto permitiu o estabelecimento de uma rede de cooperação com as seguintes instituições: Universidad de Talca, Universidad de Valencia, Universidad de Alcalá, Universidad de La Sabana, Università Degli Studi di Napoli Federico II, University of Luxembourg, Universität Göttingen, Universidade Católica Portuguesa, Universidad Del Desarrollo, Universidad de Concepción, Pontificia Universidad Católica de Chile, Universidad Católica del Norte e Universidad Adolfo Ibáñez e Universidad de los Andes. Contando com o financiamento do Fondo Nacional de Desarrollo Científico e Tecnológico, no projeto, se analisam a quantidade e a qualidade das formas organizacionais à disposição dos empresários num dado contexto jurídico, partindo do empresário individual e chegando até os networks contratuais, passando pela EIRELI, pelos vários esquemas societários, pelos grupos de sociedades, pelos consórcios, pelas joint ventures e por quaisquer outras estruturas que sejam empregadas para o exercício da empresa.